



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2014

(Do Sr. Rubens Bueno)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de auditoria em todos os contratos e no cartão de crédito corporativo da Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, do Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requiero que V.Exª se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, a adotar as medidas necessárias para efetuar ato de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todos os contratos, convênios ou instrumentos congêneres, bem como nas compras feitas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, órgão do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo denuncia publicada na *Folha de São Paulo*, a Controladoria-Geral da União – CGU - identificou irregularidades na compra de remédios pela Sesai. Essas irregularidades vão desde o uso indevido de cartão corporativo até a sobrepreço de remédios. A diferença em alguns itens chega a incríveis 8.691%. Um remédio composto por besilato de anlodipino, usado para combater a hipertensão, com 60 comprimidos, que em processo licitatório custaria R\$ 1,10, foi comprado com cartão de crédito corporativo por R\$ 98,00.

A própria CGU reconhece que há problemas sérios na prestação de contas do Sesai. De acordo com a CGU existem “falhas na gestão e fragilidades no controle



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

interno da Sesai". O órgão está sendo investigado pelo Ministério Público, porém o TCU ainda não o auditou. Ademais, os indígenas recorrentemente denunciam a Sesai por serviços de baixa qualidade.

Pelo acima exposto e pela urgência da atuação do TCU como órgão de controle externo, solicito a aprovação da presente PFC.

Sala das Sessões, de março de 2014.